Sistemas econômicos e sociedade: capitalismo, comunismo e Terceiro Mundo

Por George Dalton. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. 226 p.

Trata-se da tradução feita por José Fernandes Dias da primeira versão inglesa do livro, publicada em 1974 por Penguin Books, de Harmondsworth, Middlesex, Inglaterra; cujo título original é: **Economic systems and society: capitalism, communism and The Third World.**

O autor procura descrever os aspectos mais importantes do funcionamento e evolução dos sistemas econômicos. Iniciando sua análise na Revolução Industrial, passa pelos vários estágios do capitalismo e pelo socialismo, até chegar às economias em desenvolvimento do Terceiro Mundo.

A obra é dividida em duas partes: a primeira, compreendendo o período de 1750 a 1950, abrange os quatro capítulos iniciais; a segunda, de 1950 em diante, é composta pelos três últimos.

No primeiro capítulo — Capitalismo do século XIX: máquinas e mercados (p. 21-59) — descreve a Revolução Industrial na Inglaterra como fruto de aproximadamente 500 anos de desenvolvimento comercial e agrícola e de profundas alterações políticas. Procura demonstrar que a Revolução Industrial, apesar de proporcionar enormes benefícios às populações — aumento da renda, diminuição do analfabetismo, melhoria nos níveis de nutrição, etc. — deu origem, também, a uma série de novos problemas, como por exemplo a miséria urbana, a devastação do meio ambiente, o desemprego esporádico e outros tantos.

Tece também uma crítica aos historiadores quanto à análise dos benefícios da Revolução Industrial dizendo que "... a esquerda avalia a Revolução Industrial como uma catástrofe social, parcialmente porque deseja reformar ou socializar o capitalismo. A direita avalia a Revolução Industrial como uma forma de desenvolvimento progressivo para a humanidade, parcialmente porque deseja preservar o capitalismo..." (p. 34). Contudo o autor não deixa transparecer sua posição sobre o assunto, preferindo dar como justificativa as dificuldades de análise do período (falta de dados e guerras).

Analisa, ainda que de modo muito simplista, o que foi a doutrina do **laissez-faire** e sua participação no processo de desenvolvimento capitalista.

No segundo capítulo, descreve as diversas correntes e experiências socialistas — socialismo utópico, marxista e democrático — tendo como premissa básica o fato de serem respostas ou alternativas aos problemas encontrados no sistema capitalista. Tece algumas considerações sobre a teoria de Marx, colocando como causas para sua não aceitação imediata fatos que, a meu ver, são pouco significativos, como a linguagem (negação da negação, mais-valia) e uma certa deficiência teórica em alguns pontos; deixando de fazer referência a aspectos relevantes como, por exemplo, o interesse de classe e o aspecto ideológico desta.

No terceiro capítulo — O capitalismo do bem-estar, 1930/50 (p. 89-108) — definido como "... o capitalismo regulamentado pela intervenção estatal" (p. 90), procura demonstrar as mudanças estruturais que ocorreram neste período, colocando o New Deal (1933/8) e a Teoria Geral de Keynes (1936) como fatos marcantes destas alterações. O primeiro por ser uma ruptura nítida com o passado e o segundo por oferecer uma base teórica para esta ação.

Analisa, embora rapidamente, o primeiro governo trabalhista majoritário na Inglaterra (1945/51), "jogando" uma afirmação bastante discutível: "... a justificativa para as medidas de nacionalização (na Inglaterra) foi especificamente econômica e não ideológica" (p. 104). Com isso, demonstra acreditar que, independentemente da classe que assumiu o poder, as medidas governamentais seriam as mesmas; já que o fator de decisão foi o econômico.

No quarto capítulo — A economia soviética de 1917/53 (p. 111-37) — procura realçar as principais diferenças entre o período stalinista e o capitalismo de bem-estar até 1950. A esse respeito, considera que "... a economia de comando soviético equivale funcionalmente à economia de mercado capitalista..." (p. 123), apesar de a primeira concentrar seus esforços na produção de bens de investimento e militares, estipulados pelo planejamento central. Cabe, aqui, uma certa dúvida quanto aos objetivos do capitalismo de bem-estar colocados pelo autor: pleno emprego, redução nas disparidades da distribuição da renda, etc. Isso porque, segundo alguns autores, como J. Gurley, os objetivos da

política econômica norte-americana seriam outros; por exemplo, a manutenção de uma taxa de desemprego ao redor de 6% para diminuir o poder de barganha dos trabalhadores e a ampliação ou manutenção do mundo capitalista.

Analisa, ainda, algumas das imperfeições do sistema soviético, como os altos custos da polícia secreta e da censura e a inexistência dos ganhos do comércio exterior.

Na segunda parte do livro, que descreve os sistemas econômicos a partir de 1950, o quinto capítulo — As economias capitalistas reformadas (p. 141-63) — relata alguns aspectos das economias capitalistas desenvolvidas, como os serviços de bem-estar, a gerência científica, a distribuição da renda e, também, a experiência francesa de planejamento.

No sexto capítulo — As novas economias comunistas (p. 166-89) — o autor descreve, rapidamente, as experiências da China e Iugoslávia, bem como as alterações sofridas no sistema soviético — vale a pena ressaltar que o autor não faz distinção alguma entre socialismo e comunismo, usando indistintamente tanto um como outro termo.

Discute, ainda, o fato de as economias capitalistas e socialistas estarem ou não convergindo para um mesmo ponto, afirmando que, apesar de as semelhanças entre ambos os sistemas estarem-se acentuando, são poucas as evidências de uma possível fusão futura.

No último capítulo — As economias em desenvolvimento no Terceiro Mundo (p. 191-228) — após relatar as dificuldades de análise dos países que o compõem, devido às grandes diferenças entre eles — cultura, tradição, estágio de desenvolvimento, etc. — procura listar algumas características comuns, como por exemplo o baixo nível de renda, a alta taxa de analfabetismo, a dependência do setor agrícola e a concentração da renda. Analisa, ainda de forma rápida e simplista, as vantagens e desvantagens enfrentadas por esses países retardatários no processo de desenvolvimento.

Por fim, demonstra certo receio com relação aos gastos militares nos países subdesenvolvidos, gastos estes que aumentaram a uma taxa média anual de 8%, enquanto o PNB cresceu a uma taxa média anual de 4,7% nos últimos anos, ocupando, na maioria dos casos, o primeiro lugar no orçamento público.

Apesar das limitações levantadas, acredito que esta obra atinge perfeitamente os objetivos propostos pelo próprio autor, qual seja o de "... destinar-se aos estudantes universitários que iniciam suas leituras em economia, ciências sociais e história econômica" (p. 11). □

Antonio Celso Agune

Planung von Fabrikanlagen (Planejamento de instalações fabris).

Por C. M. Dolezak em colaboração com K. Baur. Springer Verlag Berlim Heidelberg New York, 350 + XIII páginas, ilustrado, índice, índice remissivo, encadernado (linho), DM. 128, 1973.

Para que um livro custe quase um salário mínimo, em julho de 77, deve ser muito bom e muito valioso nos conhecimentos que transmite. As publicações técnicas da editora Springer nunca foram baratas — disto o resenhista tem conhecimento desde os seus tempos de ginásio, há 40 anos —, mas não podemos negar que os livros por ela publicados sempre foram selecionados para dar uma contribuição máxima à vida profissional do leitor; e, mais uma vez se está em presença de um livro de extraordinária riqueza, com informações de difícil pesquisa e muito úteis de se ter à mão.

O autor é engenheiro e trabalhou na Siemens, na Bosch, na Friedrich Schwerd, Hannover; e na E. Buckley & Leavey, Londres; e hoje é catedrático de produção industrial e administração fabril na Universidade de Stuttgart, Alemanha. Portanto, adquiriu autoridade no assunto pela prática — enquanto